

**SEGUNDO TERMO ADITIVO A REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2021**

Processo Licitatório nº: 021/2021  
Pregão Eletrônico nº.: 012/2021  
REGISTRO DE PREÇOS 006/2021

Objeto Contratual: **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DARCI JOSE FERNANDES E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA NA FARMACIA DE TODOS E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Por este instrumento particular de TERMO ADITIVO, que fazem entre si, de um lado o MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Dr. Castilho, nº. 10, Centro, Presidente Olegário/MG, inscrito no CNPJ nº. 18.602.060/0001-40, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito RHENYS DA SILVA CAMBRAIA, brasileiro, casado, Militar da Reserva; inscrito no CPF sob o nº 034.826.756-86 e Carteira de Identidade RG: MG7691864, residente e domiciliado na Rua Antônio Pereira de Araújo, 271, Dona Benta, em Presidente Olegário - MG, e de outro lado a empresa **ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº. 03.945.035/0001-91 situada na AV PRINCESA DO SUL nº 3303 Bairro JARDIM ANDERE, VARGINHA/MG, 37062-180, neste ato **REPRESENTADA** por seu representante legal, o(a) Sr(a). **JOSÉ MARIA NOGUEIRA**, inscrito no CPF nº. 171.445.586-68 e RG nº M-940.349, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar a presente Ata, sob a regência das Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Municipal de nº. 1.091 de 13 de dezembro de 2018 e demais normas pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS LEGAIS**

O presente termo aditivo à Ata em tela é firmado com fundamento, na lei 8.666/93, Decreto nº. 7.892/2013, e no Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município.

Conforme o art. 65, II, d, da Lei 8.666/93:

*Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:*

*II - por acordo das partes:*

*d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.*

Segundo o art. 17 do Decreto nº. 7.892/2013:

*Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições*





# MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 - [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - [compradireta@po.mg.gov.br](mailto:compradireta@po.mg.gov.br)

contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Em relação a realização da troca de marca dos itens, vejamos o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça - STJ:

**"ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCORRÊNCIA DO TIPO MENOR PREÇO. ATENDIMENTO ÀS REGRAS PREVISTAS NO EDITAL. PRODUTO COM QUALIDADE SUPERIOR À MÍNIMA EXIGIDA.**

1. *Tratando-se de concorrência do tipo menor preço, não fere os princípios da isonomia e da vinculação ao edital a oferta de produto que possua qualidade superior à mínima exigida, desde que o gênero do bem licitado permaneça inalterado e seja atendido o requisito do menor preço.*

2. *Recurso ordinário não-provido (STJ MS 15817 RS 2003/0001511-4, 2ª T., rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, DJ de 03.10.2005 p. 156)"*

Em recente manifestação o Tribunal de Contas da União - TCU decidiu:

*"É admissível a flexibilização de critério de julgamento da proposta, na hipótese em que o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital, não tiver havido prejuízo para a competitividade do obtido revelar-se vantajoso para a administração*

*Representação formulada por empresa noticiou supostas irregularidades no Pregão Eletrônico 21/2011, conduzido pelo Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro - COMRJ, cujo objeto é o registro de preços para fornecimento de macacão operativo de combate para a recomposição do estoque do Depósito de Fardamento da Marinha no Rio de Janeiro. A unidade técnica propôs a anulação do certame fundamentalmente em razão de a proposta vencedora ter cotado uniformes com gramatura superior à da faixa de variação especificada no edital (edital: 175 a 190 g/m2; tecido ofertado na proposta vencedora: 203 g/m2), o que deveria ter ensejado sua desclassificação. O relator, contudo, observou que o tecido ofertado "é mais 'grosso' ou mais resistente que o previsto no edital" e que o COMRJ havia reconhecido que o produto ofertado é de qualidade superior à prevista no edital. A esse respeito, anotou que a Marinha do Brasil está habilitada a "emitir opinião técnica sobre a qualidade do tecido". Levou em conta, ainda, a manifestação do Departamento Técnico da Diretoria de Abastecimento da Marinha, no sentido de que o produto atenderia "à finalidade a qual se destina, tanto no que se refere ao desempenho, quanto à durabilidade". Noticiou ainda que a norma técnica que trata desse quesito foi posteriormente alterada para admitir a gramatura 203 g/m2 para os tecidos desses uniformes. Concluiu, então, não ter havido afronta ao interesse público nem aos princípios licitatórios, visto que o procedimento adotado pela administração ensejará a aquisição de produto de qualidade superior ao desejado pela administração contratante, por preço significativamente inferior ao contido na proposta da segunda classificada. Ressaltou também a satisfatória competitividade do certame, do qual participaram 17 empresas. E arrematou: "considero improvável que a*





repetição do certame com a ínfima modificação do edital (...) possa trazer mais concorrentes e gerar um resultado mais vantajoso ...". O Tribunal, então, ao acolher proposta do relator, decidiu julgar parcialmente procedente a representação, "em face da verificação de apenas de falhas formais na condução do Pregão Eletrônico 21/2011, que não justificam a sua anulação". Acórdão 394/2013-Plenário, TC 044.822/2012-0, relator Ministro Raimundo Carreiro, 6.3.2013."(g. n.)

Assim, observando-se que o novo produto atenda às especificações técnicas editalícias, apresente qualidade superior ao ofertado inicialmente, não represente prejuízo à competitividade para o certame e se revele vantajoso para a administração, não vislumbra óbice em aceitar o objeto de marca diferente, em conformidade ao art. 4º, inciso III, do Decreto nº 44.786/2008, ao princípio da economicidade e da eficiência.

Vale esclarecer que o fornecedor solicitou, por email a troca de marca do **item 0141 - METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML 2ML CX 100AMP**. Da marca SANTISA pela marca FARMACE.

Segundo a empresa, não estão conseguindo adquirir medicamentos bem como muito dos materiais para fechamento de Empenhos, ao qual se encontram na Empresa, pois, os Fornecedores estão enviando comunicação de falta a todo momento.

A Empresa contratada requereu ainda o reequilíbrio de preços para ser aplicado à nova marca, e após realização de cotação feita pela internet constatou que o preço médio do medicamento no mercado encontra-se bem superior ao valor requerido, conforme os quadros abaixo.

Por fim, para a realização do presente Termo para troca da Marca do Item, e observada toda legislação pertinente ao assunto, verifica-se que o pedido de troca de marca está de acordo com toda legislação aplicável, inclusive aos entendimentos do STJ e do TCU, observado ainda o Parecer Jurídico, não se vislumbra óbice para realização da referida troca.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração das Cláusulas Quarta – “DO VALOR E DO PAGAMENTO”, referente a ATA original, tudo em conformidade com o pedido formulado empresa contratada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA TROCA DE MARCA

O presente termo tem como objetivo a troca de marca do **item 0141 – METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML 2ML CX 100AMP**. Da marca SANTISA pela marca FARMACE.





Item	Produto	Valor do item da Ata	Marca	Preço Médio do Medicamento	Marca Requerida	Valor do Reequilíbrio
00141	001547 - METOCLOPRAMIDA INJ. 10MG/2ML	R\$ 0,44	SANTISA	R\$ 2,19	FARMACE	R\$ 0,56

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato original.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Olegário – MG, como único competente para dirimir as dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação deste contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.200





**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**

Praça Dr. Castilho, 10 - Centro - CEP 38750-000 - CNPJ 18.602.060/0001-40  
Tel.: (34) 3811-1560 - [www.po.mg.gov.br](http://www.po.mg.gov.br) - [compradireta@po.mg.gov.br](mailto:compradireta@po.mg.gov.br)

E por estarem assim ajustadas, as partes, com as testemunhas abaixo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Presidente Olegário - MG, 06 de agosto de 2021.

  
**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE OLEGÁRIO**  
**RHENYS DA SILVA CAMBRAIA**  
Prefeito Municipal

  
**VANESSA BEATRIZ BORGES QUEIROZ**  
Secretária Municipal de Saúde


JOSE MARIA NOGUEIRA:17144558668

Assinado de forma digital por JOSE MARIA  
NOGUEIRA:17144558668  
Dados: 2021.08.13 15:49:08 -03'00'

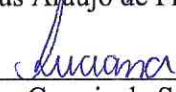
**ACACIA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA**  
José Maria Nogueira

**TESTEMUNHAS:**

I -

  
Mateus Araújo de Freitas CPF.: 342.741.891-04

II -

  
Luciana Cesaria da Silva Souza CPF: 058.953.666-43